



**Fundação  
S. Barnabé**

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2025**

## 1. INTRODUÇÃO

A “FUNDAÇÃO S. BARNABÉ” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Fundação” com estatutos publicados no Diário da República n.º 277/93, Série II, com sede em Edifício da Residência S. Barnabé - Aldeia de S. Barnabé, Almodôvar. Tem como actividade prosseguir os fins de segurança social, nomeadamente o apoio à criança e à família, o apoio à juventude, a proteção aos deficientes, o apoio à terceira idade, a formação profissional e como objetivos, secundários a proteção à saúde, à educação e a resolução de problemas habitacionais e seu âmbito de ação abrange todo o território nacional.

## 2. CONTEXTO ECONÓMICO 2025

Em 2025, a economia portuguesa apresentou um crescimento moderado, num contexto de ajustamento progressivo após o período de forte pressão inflacionista dos anos anteriores. A taxa de inflação continuou a sua trajectória descendente, situando-se em torno dos 2,5% em média anual, aproximando-se dos níveis de referência do Banco Central Europeu. Esta evolução reflecte, em grande medida, a estabilização dos preços da energia e das cadeias de abastecimento, embora persistam alguns estrangulamentos em determinados sectores.

O crescimento do Produto Interno Bruto situou-se em cerca de 1,7%, evidenciando uma ligeira recuperação face a 2024, ainda que condicionado por um enquadramento internacional incerto, pela moderação do consumo privado e pela manutenção de condições financeiras restritivas durante parte do ano. As taxas de juro, apesar de sinais de descida gradual, continuaram a influenciar negativamente o investimento e o acesso ao crédito por parte das empresas e das famílias.

O mercado de trabalho manteve-se globalmente resiliente, com a taxa de desemprego a estabilizar em torno dos 6,5%, ainda que com sinais de fragilidade em actividades mais dependentes da procura interna e em sectores com menor valor acrescentado.

No sector social, os desafios permanecem significativos. A pressão sobre os custos operacionais continua elevada, especialmente ao nível dos encargos com pessoal e da aquisição de bens e serviços essenciais. A actualização da Retribuição Mínima Mensal Garantida, fixada nos 870€, bem como as revisões salariais decorrentes da contratação colectiva, contribuíram para o aumento dos encargos das instituições, sem que tenha ocorrido um reforço proporcional das comparticipações públicas.

Neste contexto, a sustentabilidade das entidades do Terceiro Sector exige uma gestão ainda mais rigorosa e estratégica. Torna-se essencial a diversificação das fontes de financiamento, o reforço da eficiência operacional e a adopção de práticas inovadoras de captação de recursos. Paralelamente, a valorização e capacitação dos recursos humanos continuam a ser factores determinantes para assegurar a qualidade e a continuidade dos serviços prestados.

Os próximos anos antevêm-se exigentes, impondo às instituições sociais a necessidade de conciliar disciplina financeira com inovação e capacidade de resposta. A flexibilidade, a

resiliência e a capacidade de adaptação serão elementos-chave para garantir a sustentabilidade e o impacto social destas organizações num ambiente económico e social em constante evolução.

### **3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA**

A Fundação S. Barnabé desenvolve a sua actividade através de diversas respostas sociais distribuídas por vários concelhos, nomeadamente:

#### **Concelho de Almodôvar**

- ERPI S. Barnabé
- ERPI Almodôvar
- SAD Almodôvar

#### **Concelho de Beja**

- ERPI Monte
- ERPI Colina
- SAD Beja

#### **Concelho de Moura**

- ERPI Moura
- UCCI Moura

#### **Concelho de Ferreira do Alentejo**

- ERPI Ferreira do Alentejo

#### **Concelho de Pombal**

- ERPI Carvalhal
- ERPI Pombal

#### **Concelho de Faro**

No concelho de Faro encontra-se actualmente em fase de construção a resposta social ERPI Faro, encontrando-se prevista a sua entrada em funcionamento em Julho de 2026.

#### **3.1- DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

Os impactos mais significativos estão relacionados com as Vendas e Prestações de Serviços, que registaram um aumento de 14,71%. Em contraponto, os Fornecimentos e Serviços Externos e os Gastos com Pessoal registaram aumentos de 3,99%, e 6,34%, respectivamente, sendo ainda de relevar a diminuição de 29,31% nos Gastos com Financiamentos.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Descrição	2025	2024	Variação	%
Vendas e serviços prestados	9 988 011,97 €	8 706 918,38 €	1 281 093,59 €	14,71%
Subsídios, doações e legados à exploração	1 165,83 €	3 084,88 €	- 1 919,05 €	-62,21%
Variação nos inventários da produção	- €	- €	- €	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	- €	- €	- €	0,00%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 962 309,67 €	- 1 001 455,69 €	- 39 146,02 €	-3,91%
Fornecimentos e serviços externos	- 1 497 102,83 €	- 1 439 684,66 €	57 418,17 €	3,99%
Gastos com o pessoal	- 5 528 740,62 €	- 5 198 877,34 €	329 863,28 €	6,34%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	- €	- €	- €	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- €	- €	- €	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)	- €	- €	- €	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)	- €	- €	- €	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)	- €	- €	- €	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor	- €	- €	- €	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	209 417,71 €	226 694,71 €	- 17 277,00 €	-7,62%
Outros gastos e perdas	- 71 858,12 €	- 20 110,77 €	- 51 747,35 €	-257,31%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos (EBITDA)</b>	<b>2 138 584,27 €</b>	<b>1 276 569,51 €</b>	<b>862 014,76 €</b>	<b>67,53%</b>
<b>Gastos/reversões de depreciação e de amortização</b>	<b>- 647 413,81 €</b>	<b>- 779 117,61 €</b>	<b>- 131 703,80 €</b>	<b>-16,90%</b>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>1 491 170,46 €</b>	<b>497 451,90 €</b>	<b>993 718,56 €</b>	<b>199,76%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	- €	- €	- €	n.a.
Juros e gastos similares suportados	- 333 622,89 €	- 471 963,00 €	- 138 340,11 €	-29,31%
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>1 157 547,57 €</b>	<b>25 488,90 €</b>	<b>1 132 058,67 €</b>	<b>4441,38%</b>
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>0,00%</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1 157 547,57 €</b>	<b>25 488,90 €</b>	<b>1 132 058,67 €</b>	<b>4441,38%</b>

Assistimos a uma manifesta melhoria da atividade qual é notória pela análise do resultado líquido bem assim como do *EBITDA*<sup>1</sup> com valores de 1.157.547,57EUR e de 2.138.584,27EUR, respectivamente.

No que respeita à estrutura dos gastos, a situação é a seguinte:

<sup>1</sup> *EBITDA* – Resultado antes de Impostos, Depreciações e Amortizações ou, na designação anglo-saxónica, *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*

# EVOLUÇÃO DOS GASTOS

Gastos	2025	2024	Variação
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	10,64%	11,24%	-0,59%
Fornecimentos e Serviços Externos	16,56%	16,16%	0,40%
Gastos com Pessoal	61,15%	58,34%	2,81%
Depreciações e Amortizações	7,16%	8,74%	-1,58%
Reduções Justo Valor	0,00%	0,00%	0,00%
Outros Gastos e Perdas	0,79%	0,23%	0,57%
Juros e Gastos Similares Suportados	3,69%	5,30%	-1,61%

Como se pode verificar no quadro anterior, os "Fornecimentos e Serviços Externos" e os "Gastos com Pessoal" continuam a representar 77,71% do total dos gastos, devendo ser nestas rúbricas que a Fundação deverá incidir a sua rigorosa gestão.

Não houve alterações relevantes na estrutura de gastos, salientando apenas que os "Gastos com Pessoal" correspondem a 61,15% do total dos gastos, abaixo do limite definido na Lei-Quadro das Fundações.

## 3.2 – BALANÇO E ANÁLISE DE RÁCIOS

### 3.2.1-BALANÇO

Analisar-se-á o Balanço no período findo em 31 de Dezembro de 2025, sendo efectuadas considerações apenas às rúbricas do Balanço que apresentarem alterações mais significativas e que se mostrem relevante para o melhor entendimento do período em análise.

#### 3.2.1.1-Activo

O Activo fixou-se em 19.843.469,17EUR tendo em 2024 correspondido a 18.241.221,81EUR, o que representa um aumento de 8,78%.

##### 3.2.1.1.1- Activo Não Corrente

###### 3.2.1.1.1.1- Activos Fixos Tangíveis

O Activo Fixo Tangível registou um aumento de 2024 para 2025 em 1.595.395,29EUR, correspondendo as depreciações do exercício nesta rubrica a 647.413,81EUR.

De relevar o valor de 3,3 milhões de euros dos investimentos em cursos pela execução de trabalhos de construção civil na "Empreitada de Estrutura Residencial para pessoas idosas –

Residência S. Barnabé, sito na Rua do Bom Joanense, Faro, sendo que o valor total previsto do investimento é de 3,7 milhões de euros. Pretende-se que este esteja concluído no decurso de 2026.

#### **3.2.1.1.1.2- Investimentos Financeiros**

Nesta rúbrica registou-se uma diminuição, nomeadamente de 196.776,77EUR o que se deve em parte à aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) referente à sociedade participada SOLAR BILLADONES LDA, e ao recebimento do empréstimo da participada DERMAFARMA, LDA.

#### **3.2.1.1.2-Activo corrente**

Destaca-se aqui um aumento correspondente a 449.828,98EUR, o que se deve na sua maioria a Créditos a receber, que aumentou em 351.462,32EUR.

#### **3.2.1.2-Fundos Patrimoniais**

Os fundos patrimoniais registam um aumento de 2.053.377,25, sendo que 1.562.650,19 EUR derivam directamente do financiamento do Projecto ERPI Faro – Plano de Recuperação, bem assim como do reconhecimento do rendimento anual dos Subsídios ao Investimento. De referir que se procedeu a uma correcção de 384.000EUR referente a depreciações calculadas em excesso em anos anteriores referentes ao imóvel onde decorre a operação ERPI Carvalhal, as qual foi reexpressa na respectiva rubrica do Balanço

#### **3.2.1.3-Passivo**

O Passivo regista em 2025 uma diminuição de 3,99% correspondente a 451.129,89EUR, sendo o rácio Passivo/Activo correspondente a 54,68%. Esta variação deve-se à redução de financiamentos não correntes e dívidas a fornecedores, bem assim como outros passivos correntes.

#### **3.2.2-ANÁLISE DE RÁCIOS**

Um dos mecanismos mais utilizados para análise da estrutura e comportamento financeiro de qualquer organização, pública ou privada, com fins ou não lucrativos, consiste na construção e interpretação de alguns rácios a partir dos dados do Balanço e da Demonstração de Resultados por Natureza.

Desta forma, os rácios de rendibilidade, ao reflectirem a capacidade que a Instituição tem em gerar resultados, são por vezes considerados como indicadores não essenciais para uma organização deste tipo, em que o objectivo primordial é a prestação de serviços de natureza social, sem quaisquer intuítos lucrativos. Como é óbvio, não sendo esse o principal objectivo, também não pode ser descurada a obtenção de resultados positivos, sem os quais será colocada

em risco a sustentabilidade, apoiada em investimentos fundamentais para a inovação e melhoria contínua da qualidade de serviço prestado aos utentes/clientes.

Assim, analisar-se-ão dois tipos de rácios:

- Rácios de Rendibilidade
- Rácios de Endividamento

### 3.2.2.1 Rendibilidade

O Valor Acrescentado Bruto (Vendas + Prestações de Serviços – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas – Fornecimentos e Serviços Externos – Impostos Indirectos) regista um aumento de 20,09% assim como o *Cash Flow* evidencia uma melhoria de 67,53%.

## Valor Acrescentado Bruto

DESCRIÇÃO	Anos		Variação	
	2025	2024	Valor	%
Cash Flow	2 138 584,27€	1 276 569,51€	862 014,76 €	67,53%
VAB	7 527 952,97€	6 268 732,19€	1 259 220,78 €	20,09%
N.º Trabalhadores	296	304	-8	-2,63%
<b>VAB / TRABALHADOR</b>	<b>25 432,27€</b>	<b>20 620,83€</b>	<b>4 811,44 €</b>	<b>23,33%</b>

Ao se calcular o rácio do VAB/N.º trabalhadores, verifica-se uma melhoria de 23,33% face a 2024, o que denota ganhos de eficiência evidentes na operação.

### 3.2.2.2-Endividamento

A análise do endividamento mostra-se igualmente importante, dado reflectir a relação entre o Passivo e o Activo.

DESCRIÇÃO	Anos		Variação
	2025	2024	
Passivo / Activo	54,68%	61,95%	-7,28%
Estrutura de Endividamento	35,10%	33,21%	1,88%

O rácio da estrutura de endividamento revela-nos o peso do Passivo Corrente, constatando-se que em 2025 cerca de 35,10% das dívidas eram correntes e as restantes 64,90% não correntes. Considera-se estarmos perante uma estrutura de endividamento equilibrada, pese embora não seja de descurar a racionalização e optimização da actividade operacional, prevenindo desta forma a existência ou surgimento de novos contingentes que possam originar desequilíbrios a longo prazo.

## **4. INVESTIMENTOS**

Em 2025 os investimentos realizados foram no valor global de aproximadamente 1.996.288,54 EUR e dizem respeito, essencialmente, a trabalhos de construção civil na "Empreitada de Estrutura Residencial para pessoas idosas – Residência S. Barnabé, sito na Rua do Bom Joanense, Faro.

## **5. APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Relativamente ao Resultado Líquido obtido no exercício de 2025 no valor de 1.157.547,57EUR (um milhão, cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e quarenta e sete euros e cinquenta e sete centimos), propõe-se que o mesmo seja transferido para resultados transitados no ano seguinte.

## **6. FACTOS OCORRIDOS APOS O TERMO DO EXERCICIO**

No período decorrido entre 31 de dezembro de 2025 e a data de aprovação das demonstrações financeiras, ocorreram dois acontecimentos de natureza significativa: passagem da tempestade Kristin pelo território nacional e uma escalada do conflito no Médio Oriente.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação dos potenciais impactos destes acontecimentos na atividade e na posição financeira da Entidade, tendo concluído que, dada a natureza da atividade desenvolvida, não se antecipam efeitos materiais na atividade operacional da Entidade. Em particular, a tempestade Kristin não provocou danos nas infraestruturas ou equipamentos da Entidade, nem perturbações relevantes na sua operação. Pelo exposto, nenhum destes acontecimentos requer ajustamentos às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não sendo os seus eventuais efeitos futuros suscetíveis de comprometer a continuidade das operações da Entidade.

A situação será acompanhada com a devida atenção ao longo do exercício de 2026.

Não existem outros factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2025, até à presente data, que justifiquem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo naquela data, ou que afetem as situações e/ou informações nas mesmas relevadas.

## 7. PERSPECTIVAS FUTURAS

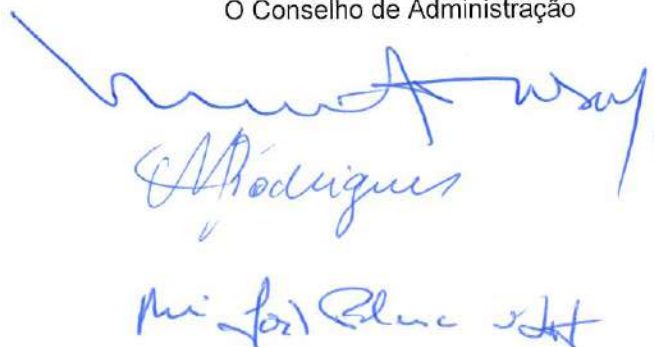
A Administração pretende continuar o seu objecto social, de forma sustentada, como tem feito até ao presente, diversificando a sua oferta, estando aberta a novos investimentos para novos equipamentos no mesmo âmbito dos existentes.

A nível de organização interna, a Fundação encontra-se dotada de meios modernos e eficazes, sendo que a modernização é encarada como um processo de desenvolvimento permanente, com a constante procura e adoção de novas técnicas, tendo em vista a melhoria da produtividade geral dos meios disponíveis.

## 8. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem dívidas à Segurança Social nem à Autoridade Tributária.

O Conselho de Administração



Rodrigues

*Almodôvar, 30 de Abril de 2026*

Fundação S. Barnabé  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 501073434  
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	3.2.1;4;8	16 019 112,03	14 423 716,74
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis	3.2.4;5;8	1 040 539,73	1 286 739,87
Investimentos financeiros	3.2.5-,16.1	722 955,79	919 732,56
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.7;16.2	0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		17 782 607,55	16 630 189,17
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	3.2.6;7	95,61	0,00
Créditos a receber	3.2.7;3.2.11;16	1 020 546,90	669 084,58
Estado e outros entes públicos	16.9	101 872,51	11 067,71
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16.2	0,00	0,00
Diferimentos	3.2.7;16.4	76 351,40	17 540,86
Outros activos correntes	16.5	232 850,68	224 847,54
Caixa e depósitos bancários	3.2.7;16.6	629 144,52	688 491,95
		2 060 861,62	1 611 032,64
<b>Total do ativo</b>		19 843 469,17	18 241 221,81
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	3.2.8;16.7	23 364,19	23 364,19
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	3.2.8;16.7	0,00	0,00
Resultados transitados	3.2.8;16.7	3 707 045,76	3 681 556,86
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	3.2.8;16.7	4 105 658,63	3 209 828,95
		7 836 068,58	6 914 750,00
Resultado líquido do período	16.7	1 157 547,57	25 488,90
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		8 993 616,15	6 940 238,90
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	3.2.10;6	7 041 996,33	7 547 533,86
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		7 041 996,33	7 547 533,86
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3.2.7;16.8	472 731,81	730 192,89
Estado e outros entes públicos	3.7.11;16.9	135 982,18	124 475,75
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16.2	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	3.2.10;16.4	660 663,96	692 848,23
Diferimentos	3.2.10;16.4	0,00	0,00
Outros passivos correntes	3.2.7;16.10	2 538 478,74	2 205 932,18
		3 807 856,69	3 753 449,05
<b>Total do passivo</b>		10 849 853,02	11 300 982,91
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		19 843 469,17	18 241 221,81

Conselho de Administração

Contabilista Certificado

*[Handwritten signature]*  
Rodrigues  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Fundação S. Barnabé

Contribuinte : 501073434


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 025	2 024
Vendas e serviços prestados	8	9 988 011,97	8 706 918,38
Subsídios, doações e legados à exploração	10;16.11	1 165,83	3 084,88
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7;8	-962 309,67	-1 001 455,69
Fornecimentos e serviços externos	8;16.12	-1 497 102,83	-1 439 684,66
Gastos com o pessoal	8;12	-5 528 740,62	-5 198 877,34
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	8;16.13	209 417,71	226 694,71
Outros gastos	8;16.14	-71 858,12	-20 110,77
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2 138 584,27</b>	<b>1 276 569,51</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5;8	-647 413,81	-779 117,61
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1 491 170,46</b>	<b>497 451,90</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	8;16.15	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	3.2.10;6;8	-333 622,89	-471 963,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>1 157 547,57</b>	<b>25 488,90</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1 157 547,57</b>	<b>25 488,90</b>

Conselho de Administração



Contabilista Certificado



Fundação S. Barnabé  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes	3.2.7;16.3	5 740 839,06	5 143 298,28
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	3.2.7	-5 933 711,76	-4 674 165,64
Pagamentos ao pessoal	3.2.7;12	-3 767 980,87	-3 462 525,86
Caixa gerada pelas operações	3.2.7;12	-3 960 853,57	-2 993 393,22
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		4 996 881,67	1 957 606,67
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1 036 028,10	-1 035 786,55
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1;4;6	-2 043 610,27	-1 037 180,04
Ativos intangíveis	3.2.4;5	0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1	614 611,82	224 165,55
Ativos intangíveis	3.2.4	0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento	10	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-1 428 998,45	-813 014,49
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	3.2.10;6	0,00	3 350 000,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações	8	0,00	0,00
Outras operações de financiamentos	3.2.10;6	0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	3.2.10;6	-333 257,94	-840 747,24
Juros e gastos similares	3.2.10;6	-364,95	471 963,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-333 622,89	2 981 215,76
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-726 593,24	1 132 414,72
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		688 491,95	500 908,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período		629 144,49	688 491,95

Conselho de Administração

Contabilista Certificado

FUNDAÇÃO S. BARNABÉ  
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 2024

Contribuinte : 501073434  
Moeda : EUROS

Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe												
Notas	DESCRIÇÃO	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Translados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
6	3.2.8.16.7; POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adopção de novo referencial contabilístico Alteração de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização de excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas Ajustamentos por impostos diferidos Aplicação de Resultado Líquido Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	23 364,19 €	- €	- €	3 519 462,36 €	- €	- €	2 713 266,91 €	- 221 905,50 €	6 034 177,96 €	- €	6 034 177,96 €
7	3.2.8.16.7; RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				221 905,50 €			496 572,04 €	221 905,50 €	880 572,04 €		880 572,04 €
8	3.2.8.16.7; RESULTADO EXTENSIVO				364 000,00 €			496 572,04 €		880 572,04 €		880 572,04 €
9=7+8	OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO				162 094,50 €				25 488,90 €	25 488,90 €		25 488,90 €
10	Fundos Subsídios, doações e legados Outras operações								247 394,40 €	906 060,94 €		906 060,94 €
11=6+7+8+10	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	23 364,19 €	- €	- €	3 681 556,86 €	- €	- €	3 209 828,95 €	25 488,90 €	6 940 238,90 €	- €	6 940 238,90 €

Contribuinte : 501073434  
Moeda : EUROS

FUNDAÇÃO S. BARNABÉ  
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 2025

Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe												
Notas	DESCRIÇÃO	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Translados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
6	3.2.8.16.7; POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adopção de novo referencial contabilístico Alteração de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização de excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas Ajustamentos por impostos diferidos Aplicação de Resultado Líquido Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	23 364,19 €	- €	- €	3 681 556,86 €	- €	- €	3 209 828,95 €	25 488,90 €	6 940 238,90 €	- €	6 940 238,90 €
7	3.2.8.16.7; RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				25 488,90 €			895 829,68 €	- 25 488,90 €	895 829,68 €		895 829,68 €
8	3.2.8.16.7; RESULTADO EXTENSIVO				25 488,90 €			895 829,68 €		895 829,68 €		895 829,68 €
9=7+8	OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								1 157 547,57 €	1 157 547,57 €		1 157 547,57 €
10	Fundos Subsídios, doações e legados Outras operações								1 132 068,67 €	2 053 377,25 €		2 053 377,25 €
11=6+7+8+10	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	23 364,19 €	- €	- €	3 707 045,76 €	- €	- €	4 105 658,63 €	1 157 547,57 €	8 993 616,15 €	- €	8 993 616,15 €

O Conselho de Administração

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

Contabilista Certificado  
*[Handwritten signature]*

# **FUNDAÇÃO S. BARNABÉ**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**31 de Dezembro de 2025**

## Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras ....	5
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: ...	5
3.1	Bases de Apresentação .....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	7
3.3	Comparabilidade com as Demonstrações Financeiras do exercício anterior	
	<b>Erro! Marcador não definido.</b>	
4	Activos Fixos Tangíveis .....	15
5	Activos Intangíveis .....	17
6	Custos de Empréstimos Obtidos .....	19
7	Inventários .....	20
8	Rendimentos e Gastos.....	20
9	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes .....	23
10	Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas .....	23
11	Instrumentos Financeiros .....	23
12	Benefícios dos empregados.....	24
13	Acontecimentos após data de Balanço .....	24
14	Agricultura.....	25
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	25
16	Outras Divulgações.....	25
16.1	Operações contratadas pela Entidade com partes relacionadas.....	25
16.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros ....	27
16.3	Créditos a receber .....	27
16.4	Diferimentos.....	27
16.5	Outros Instrumentos Financeiros .....	27
16.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	27
16.7	Fundos Patrimoniais .....	28
16.8	Fornecedores.....	28
16.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	29
16.10	Outros Passivos Correntes .....	29
16.11	Outros Passivos Financeiros.....	29
16.12	Subsídios, doações e legados à exploração .....	29
16.13	Fornecimentos e serviços externos.....	30
16.14	Outros rendimentos e ganhos .....	30
16.15	Outros gastos e perdas.....	30

16.16 Resultados Financeiros..... 31

## 1 Identificação da Entidade

---

A “FUNDAÇÃO S. BARNABÉ” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Fundação” com estatutos publicados no Diário da República n.º 277/93, Série II, com sede em Edifício da Residência S. Barnabé - Aldeia de S. Barnabé, Almodôvar. Tem como actividade o desenvolvimento privilegiado de actividades da Segurança Social para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- A Fundação tem por objectivos principais fins de segurança social, nomeadamente o apoio à criança e à família, o apoio à juventude, a protecção aos deficientes, o apoio à terceira idade, a formação profissional e como objectivos secundário a protecção à saúde, à educação e a resolução de problemas habitacionais e seu âmbito abrange todo o território nacional.
  - Promover e participar em Projectos de Luta Contra a Pobreza com vista ao desenvolvimento de Comunidades Locais e Grupos Alvos;
- A Fundação promove uma cultura de solidariedade e inclusão assente no respeito pelos Direitos Fundamentais, Princípios da Igualdade de Género e de Oportunidades, podendo para a prossecução dos seus fins desenvolver as seguintes actividades:
  - Criação, gestão e manutenção de:
  - Prestação de apoio a familiares, nomeadamente no encaminhamento e orientação;
  - Promoção do empreendedorismo, da inovação ou do desenvolvimento económico, social e cultural;
  - Realizar, promover ou patrocinar acções de formação, formação profissional, e de debate através de conferências, seminários e colóquios;
  - Promover acções de cooperação e de troca de experiências com instituições congéneres, nacionais e internacionais.
    - Creches e Jardins de Infância e de Centros de Actividades de Tempos Livres;
    - Lares para Crianças e Jovens privados do meio familiar normal ou outras situações de risco, e de Lares para Deficientes;
    - Lares e Centros de Dia para Idosos e de outras formas de apoio;
    - Colónias de Férias para famílias, idosos, jovens e crianças;
    - Unidades de Cuidados Continuados Integrados e cuidados de saúde mental;
- A Fundação pode ainda promover outras acções do âmbito da Segurança Social, Justiça, Educação, Habitação, Emprego, Formação Profissional, Ambiente, Saúde, Administração Local, Juventude, Cultura e Desporto.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros.

## **3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### **3.1.1 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se

relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos". Desta forma, os gastos e os rendimentos são reconhecidos no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo.

### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do exercício anterior, à exceção da correção efetuada na conta 56 – Resultados Transitados por contrapartida da conta 4382 – Activos Fixos Tangíveis – Depreciações acumuladas – Edifícios e outras construções, no valor de 384.000EUR, referente a depreciações calculadas em excesso em anos anteriores, referentes ao imóvel onde decorre a operação ERPI Carvalhal.

### **3.1.7 Principais fontes de incerteza das estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Com a informação disponível no momento, o órgão de gestão acredita não existir risco significativo na incerteza das estimativas que venham a provocar um ajustamento material nas demonstrações financeiras.

### **3.1.8 Acontecimentos subsequentes**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Activos Fixos Tangíveis**

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Não há, no entanto, perdas de imparidade a registar. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável,

a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer. Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor (à data da sua atribuição), ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	n.a.
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	n.a.
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	n.a.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### 3.2.2 Bens do património histórico e cultural

A Entidade não possui Bens do património histórico e cultural.

### 3.2.3 Propriedades de Investimento

A Entidade não possui Propriedades de Investimento.

### 3.2.4 Activos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. Não há, no entanto, perdas de imparidade a registar. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Goodwill	10
Projectos de Desenvolvimento	n.a.
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	n.a.
Outros Activos Intangíveis	n.a.

O valor residual de um “Activo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, ou
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo, é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 6 – Imparidade de Activos, um ativo intangível com uma vida útil indefinida deve ser amortizado num período máximo de 10 anos,

### **3.2.6 Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Fundação adopta como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out). Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Fundação detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa.

### **3.2.7 Instrumentos Financeiros**

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

#### Créditos a Receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

#### Outros activos e passivos financeiros

Outros activos financeiros encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade.

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Fundação avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.8 Fundos Patrimoniais**

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Fundação ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.9 Provisões**

Periodicamente, a Fundação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Fundação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Fundação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.10 Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

#### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Fundação por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### **3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou

dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director-geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Fundação dos anos de 2016 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

## **4 Activos Fixos Tangíveis**

---

### Bens do domínio público

A Fundação não possui no seu activo Bens do domínio público.

### Bens do 2 histórico, artístico e cultural

A Fundação não possui no seu activo Bens do património, histórico e cultural.

### Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025 mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2024						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	1 033 248,93	762 591,25				1 795 840,18
Edifício e outras construções	10 585 954,44	2 287 773,75				12 873 728,19
Equipamento básico	2 030 297,62	40 178,19				2 070 475,81
Equipamento de transporte	355 911,06	5 716,77	19 487,00			342 140,83
Equipamento administrativo	260 474,55	21 031,49				281 506,04
Outros activos fixos tangíveis	287 613,37	627,00				288 240,37
<b>Total</b>	<b>14 553 499,97</b>	<b>3 117 918,45</b>	<b>19 487,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17 651 931,42</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifício e outras construções	2 028 609,07	411 472,03	384 000,00			2 056 081,10
Equipamento básico	1 784 501,03	67 033,84				1 851 534,87
Equipamento de transporte	310 612,35	14 965,96	19 487,00			306 091,31
Equipamento administrativo	248 493,73	11 061,70				259 555,43
Outros activos fixos tangíveis	188 699,46	15 860,39				204 559,85
<b>Total</b>	<b>4 560 915,64</b>	<b>520 393,92</b>	<b>403 487,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4 677 822,56</b>
<b>Investimentos em Curso</b>						<b>1 449 607,88</b>
<b>Activos Fixos Tangíveis Líquido</b>						<b>14 423 716,74</b>
2025						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	1 795 840,18					1 795 840,18
Edifício e outras construções	12 873 728,19					12 873 728,19
Equipamento básico	2 070 475,81	91 498,70				2 161 974,51
Equipamento de transporte	342 140,83	31 242,91	3 848,10			369 535,64
Equipamento administrativo	281 506,04	19 270,69	1 206,42			299 570,31
Outros activos fixos tangíveis	288 240,37					288 240,37
<b>Total</b>	<b>17 651 931,42</b>	<b>142 012,30</b>	<b>5 054,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17 788 889,20</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifício e outras construções	2 056 081,10	280 898,13				2 336 979,23
Equipamento básico	1 851 534,87	65 133,68				1 916 668,55
Equipamento de transporte	306 091,31	26 252,97				332 344,28
Equipamento administrativo	259 555,43	10 720,03				270 275,46
Outros activos fixos tangíveis	204 559,85	15 803,04				220 362,89
<b>Total</b>	<b>4 677 822,56</b>	<b>398 807,85</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 076 630,41</b>
<b>Investimentos em Curso</b>						<b>3 306 853,24</b>
<b>Activos Fixos Tangíveis Líquido</b>						<b>16 019 112,03</b>

A diminuição das depreciações acumuladas - Edifícios e outras construções, no valor de 384.000EUR, corresponde a uma correção nas depreciações, calculadas em excesso em anos anteriores, referentes ao imóvel onde decorre a operação ERPI Carvalhal. Esta correção foi efetuada por contrapartida da conta 56 – Resultados Transitados.

Investimentos em Curso	Valor Escriturado
Projecto ERPI Faro	3 306 853,24
<b>Total</b>	<b>3 306 853,24</b>

Cód	Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
453	Ativos fixos tangíveis em curso	1 449 607,88	1 857 245,36	0,00	49 053,68	3 306 853,24
4553	Adiantamentos ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00		0,00
	<b>Total</b>	<b>1 449 607,88</b>	<b>1 857 245,36</b>	<b>0,00</b>	<b>49 053,68</b>	<b>3 306 853,24</b>

O valor de 3,3 milhões de euros dos investimentos em cursos correspondem à execução de trabalhos de construção civil na "Empreitada de Estrutura Residencial para pessoas idosas – Residência S. Barnabé, sito na Rua do Bom Joanense, Faro, sendo que o valor total previsto do investimento é de 3,7 milhões de euros. Pretende-se que este esteja concluído no decurso de 2026.

Dos Activos Fixos Tangíveis, encontram-se dados como garantia de passivo dois imóveis, designadamente o imóvel afecto à ERPI Colina e à ERPI Monte, ambos situados em Beja, o imóvel afecto à ERPI Moura e UCCI Moura, situado no concelho de Moura, o imóvel afecto à Residência S. Barnabé – Carvalhal, situado em Carvalhal – Coimbra, o imóvel afecto à residência S. Barnabé – Almodôvar, situado em Almodôvar e o imóvel afecto à UCCI Milreu.

## **5 Activos Intangíveis**

---

### Bens do domínio público

A Fundação não possui Activos Intangíveis do domínio público.

### Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2024						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	2 074 065,95	400 000,00				2 474 065,95
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	57 518,82	221,00				57 739,82
Propriedade Industrial						
Outros Ativos intangíveis						
<b>Total</b>	<b>2 131 584,77</b>	<b>400 221,00</b>				<b>2 531 805,77</b>
Depreciações acumuladas						
Goodwill	939 736,40	247 406,60				1 187 143,00
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	56 631,61	1 291,29				57 922,90
Propriedade Industrial						
Outros Ativos intangíveis						
<b>Total</b>	<b>996 368,01</b>	<b>248 697,89</b>				<b>1 245 065,90</b>
<b>Activos Fixos Intangíveis Líquido</b>						<b>1 286 739,87</b>
2025						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	2 474 065,95					2 474 065,95
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	57 739,82	2 405,82				60 145,64
Propriedade Industrial						
Outros Ativos intangíveis						
<b>Total</b>	<b>2 531 805,77</b>	<b>2 405,82</b>				<b>2 534 211,59</b>
Depreciações acumuladas						
Goodwill	1 187 143,00	247 406,80				1 434 549,60
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	57 922,90	1 199,36				59 122,26
Propriedade Industrial						
Outros Ativos intangíveis						
<b>Total</b>	<b>1 245 065,90</b>	<b>248 605,96</b>				<b>1 493 671,86</b>
<b>Activos Fixos Intangíveis Líquido</b>						<b>1 040 539,73</b>

O goodwill corresponde a:

Descrição	Data	Valor			
		Aquisição	Bruto	Depreciações Acumuladas	Líquido
Contrato do trespasse - Lar Pombal	31/10/2011		275.275,00	275.275,00	0,00
Goodwill MEP «Solar Billadonnes»	17/01/2020		1.798.790,95	1.079.274,60	719.516,35
Goodwill (Trespasse) UCCI Milreu	31/01/2024		400.000,00	80.000,00	320.000,00

#### Contrato do trespasse – Lar Pombal

Contrato celebrado em 2011, aquando do regime anterior de trespasse.

O Sistema de Normalização Contabilística estipula a partir de 2016 a amortização por 10 anos, a partir de 2016, uma vez que não tem vida útil definida.

#### Goodwill MEP «Solar Billadonnes»

Corresponde à diferença entre o valor de aquisição e o valor dos capitais próprios detido.

O Sistema de Normalização Contabilística estipula a amortização por 10 anos, uma vez que não tem vida útil definida.

Foi efetuado o teste à imparidade do Goodwill do Solar Biladonnes, através valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o investimento nos próximos 5 anos e a Administração concluiu que o valor é recuperável.

Contrato do trespasse – UCCI Milreu

Contrato celebrado em janeiro de 2024.

O Sistema de Normalização Contabilística estipula a partir de 2016 a amortização por 10 anos, a partir de 2016, uma vez que não tem vida útil definida.

Foi efetuado o teste à imparidade do Goodwill da UCCI Milreu, através valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o investimento nos próximos 5 anos e a Administração concluiu que o valor é recuperável.

## 6 Custos de Empréstimos Obtidos

Encontram-se a decorrer dois contratos de locação financeira associado à aquisição de duas viaturas automóveis, contratualizada com a instituição RCI Banque e Montepio Crédito.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	649 316,72	7 030 603,80	7 679 920,52	681 501,02	7 526 848,67	8 208 349,69
Locações Financeiras	11 347,21	11 392,53	22 739,74	11 347,21	20 865,19	11 717,55
<b>Total</b>	<b>660 663,93</b>	<b>7 041 996,33</b>	<b>7 702 660,26</b>	<b>692 848,23</b>	<b>7 547 713,86</b>	<b>8 208 349,69</b>

Banco	Contrato empréstimo	Total dívida	Prazo empréstimo	Data Fim contrato	Data Início contrato	Juros
CCAM Alentejo Sul	56066426576 (Beja)	897.007,85	6 anos	26/12/2028	26/12/2018	EUR 12M+1,5%
CCAM Aljustrel e Almodôvar	59075148487	266.666,69	8 anos	16/12/2026	16/12/2020	EUR 6M+2,5%
Montepio	56073917905 (Pombal)	199.337,00	8 anos	20/08/2029	20/08/2021	EUR 12M+1,5%
CCAM Aljustrel e Almodôvar	56073916714 (Pombal)	385.961,66	60 meses	19/07/2027	19/07/2022	EUR 12M+2,950%
CCAM Pombal	56074084243 (Almodovar)	1.187.002,74	180 meses	21/06/2037	21/06/2022	EUR 12M+2,500%
CCAM Pombal	Montepio 054361004549	35.404,12	36 meses	21/06/2025	21/06/2022	EUR 12M+2,500%
BCP	Millennium - 379821941	890.722,05	7 anos	07/09/2029	07/09/2022	Fixa 3,35%
CCAM Aljustrel e Almodôvar	56077471453	496.247,58	9 anos	21/11/2032	21/11/2023	EUR 3M+1,250%
CCAM Aljustrel e Almodôvar	59076268107	500.000,00	10 anos	12/07/2034	12/07/2024	EUR 3M+1,500%
CCAM Vale Sousa B. Tâmega	56078022443	3.350.000,00	15 anos	31/01/2039	31/01/2024	EUR 6M+1,250%

Do total dos empréstimos bancários, 7,6 milhões de euros têm associados garantias reais sobre imóveis, que se encontra divulgado na nota 4.

Todos os financiamentos obtidos de instituições financeiras têm juros normais à taxa de mercado no momento da respetiva contratação.

Empréstimo (descrição)	Contrato empréstimo	Corrente	Não corrente
CCAM Alentejo Sul	56066426576 (Beja)	168.758,72	728.249,13
CCAM Aljustrel e Almodôvar	59075148487	133.333,32	133.333,37
Montepio	56073917905 (Pombal)	36.510,24	1.150.492,50
CCAM Aljustrel e Almodôvar	56073916714 (Pombal)	32.184,30	3.219,82
CCAM Pombal	56074084243 (Almodovar)	42.551,36	343.410,30
CCAM Pombal	Montepio 054361004549	6.100,00	193.237,00
BCP	Millennium - 379821941	60.003,20	830.718,85
CCAM Aljustrel e Almodôvar	56077471453	48.011,04	448.236,54
CCAM Aljustrel e Almodôvar	59076268107	0,00	500.000,00
CCAM Vale Sousa B. Tâmega	56078022443	154.048,84	3.195.951,16
<b>Total</b>		<b>681.501,02</b>	<b>7.526.848,67</b>

## 7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2025		
	Inventário inicial	Compras e donativos de bens consumidos	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras e donativos de bens consumidos	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	1 001 455,69	0,00	0,00	962 309,67	0,00	95,61
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>1 001 455,69</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>962 309,67</b>	<b>0,00</b>	<b>95,61</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				1 001 455,69			962 309,67

## 8 Rendimentos e Gastos

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
<b>Vendas e Prestações de Serviços</b>	<b>9 988 011,97</b>	<b>8 706 918,38</b>
Mensalidades de Utentes	5 445 745,53	5 387 784,42
Comparticipações ISS IP	3 236 279,37	2 289 775,71
Comparticipações ARS IP	1 321 517,96	1 047 616,14
Descontos e abatimentos	-15 530,89	-18 257,89
<b>Subsídios e legados à exploração</b>	<b>1 165,83</b>	<b>3 084,88</b>
<b>Juros e Rendimentos Similares</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Reversões de perdas por imparidade</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros Rendimentos</b>	<b>209 417,71</b>	<b>226 694,71</b>
Rendimentos em subsidiárias	0,00	89 643,45
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	5 928,08
Afectação de subsídios para investimentos e de doações de equipamentos	85 124,24	85 124,23
Outros rendimentos suplementares	124 293,47	45 998,95
<b>Total</b>	<b>10 198 595,51</b>	<b>8 936 697,97</b>

O rédito da Fundação S. Barnabé é determinado pela prestação de serviços no âmbito das atividades desenvolvidas do seu objeto social, essencialmente refletidas nas rubricas de Vendas e serviços prestados da demonstração de resultados. Estas correspondem a serviços prestados nos equipamentos da Fundação no âmbito da estrutura residencial para pessoas idosas ou com necessidade de acompanhamento e cuidados diversos relativamente à saúde e bem-estar.

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Gastos:

<b>Gastos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Custo das matérias consumidas</b>	<b>962 309,67</b>	<b>1 001 455,69</b>
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>1 497 102,83</b>	<b>1 439 684,66</b>
Subcontratos	80 821,86	88 578,25
Serviços Especializados	596 821,89	568 367,22
Materiais	68 042,56	48 612,02
Energia e Fluidos	395 460,84	360 129,02
Deslocações, Estadas e Transportes	8 187,77	8 507,08
Serviços Diversos	347 767,91	365 491,07
<b>Gastos com Pessoal</b>	<b>5 528 740,62</b>	<b>5 198 877,34</b>
Remunerações dos Órgãos Sociais	76 264,80	61 759,20
Remunerações do Pessoal	4 443 275,71	4 190 586,37
Encargos sobre Remunerações	930 456,77	887 367,75
Seguros de Acidentes de Trabalho e Outros	59 849,87	47 348,33
Outros Gastos com Pessoal	18 893,47	11 815,69
<b>Gastos de Depreciações e Amortizações</b>	<b>647 413,81</b>	<b>779 117,61</b>
<b>Perdas por Imparidades</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Gastos de Financiamento</b>	<b>333 622,89</b>	<b>471 963,00</b>
Juros Suportados	333 535,32	453 447,83
Outros Gastos de Financiamentos	87,57	18 515,17
<b>Outros Gastos</b>	<b>71 858,12</b>	<b>20 110,77</b>
Impostos	11 070,00	13 023,44
Outros Gastos	60 788,12	7 087,33
<b>Total</b>	<b>9 041 047,94</b>	<b>8 911 209,07</b>

Verificou-se um aumento do total dos gastos de aproximadamente 15% face a 2024.

Este aumento deve-se, essencialmente, ao aumento dos serviços especializados, Energia e fluidos, gastos com o pessoal e outros gastos.

Custo das matérias consumidas – corresponde sobretudo ao consumo de artigos de alimentação para os utentes.

Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) em Serviços Especializados – corresponde essencialmente a serviços de técnicos na manutenção e reparação de equipamentos, vigilância e segurança e a técnicos de saúde.

FSE em Energia e fluidos – corresponde essencialmente à energia elétrica, combustível para climatização e água canalizada.

FSE em Serviços Diversos – corresponde essencialmente a Rendas dos imóveis arrendados, existindo ainda valores menores em comunicação, seguros e limpeza.

Gastos com pessoal correspondem valores das remunerações dos funcionários e administração da fundação e todos os gastos inerentes.

Gastos de Depreciações e Amortizações correspondem às depreciações anuais das depreciações dos equipamentos e das amortizações do Goodwill.

Gastos de financiamento corresponde aos gastos relativos a financiamentos obtidos, que se detalham na nota 16.16.

## 9 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

### Provisões

Nos períodos de 2025 e 2024 não foram identificadas situações que resultassem na criação de provisões, nomeadamente processos contra a Fundação.

### Passivos contingentes

A Fundação não detém passivos em contingente nos exercícios de 2025 e 2024.

### Activos contingentes

A Fundação não detém activos em contingente nos exercícios de 2025 e 2024.

## 10 Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Fundação tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas”:

Descrição	2025	2024
<b>Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas</b>		
<b>Outras Entidades Públicas</b>		
IEFP IP	0,00	0,00
Autoridade Tributária e Aduaneira	1.165,83	755,94
<b>Doações e Heranças</b>	<b>0,00</b>	<b>2 328,94</b>
<b>Total Imputação Subsídios e Doações</b>	<b>1.165,83</b>	<b>3 084,88</b>

## 11 Instrumentos Financeiros

Rubrica Balanço	31/12/2025	31/12/2024	Corrente / Não corrente
Caixa e depósitos bancários	629.144,52	688.491,95	Corrente
Créditos a receber	1.020.546,90	669.084,58	Corrente
Investimentos financeiros	722.955,79	919.732,56	Não corrente
Fornecedores	472.731,81	730.192,89	Corrente
Financiamentos obtidos	7.041.996,33	7.547.533,86	Não corrente
Financiamentos obtidos	660.663,96	692.848,23	Corrente

A Fundação não realizou operações em moeda estrangeira nos exercícios de 2025 e 2024.

## 12 Benefícios dos empregados

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2025 e 31/12/2024 foi de 296 e 304, respectivamente.

Os gastos que a Fundação incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	76 264,80	61 759,20
Remunerações ao pessoal	4 443 275,71	4 190 586,37
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	930 456,77	887 367,75
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	59 849,87	47 348,33
Outros Gastos com o Pessoal	18 893,47	11 815,69
<b>Total</b>	<b>5 528 740,62</b>	<b>5 198 877,34</b>

## 13 Acontecimentos após data de Balanço

No período decorrido entre 31 de dezembro de 2025 e a data de aprovação das demonstrações financeiras, ocorreram dois acontecimentos de natureza significativa: passagem da tempestade Kristin pelo território nacional e uma escalada do conflito no Médio Oriente.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação dos potenciais impactos destes acontecimentos na atividade e na posição financeira da Entidade, tendo concluído que, dada a natureza da atividade desenvolvida, não se antecipam efeitos materiais na atividade operacional da Entidade. Em particular, a tempestade Kristin não provocou danos nas infraestruturas ou equipamentos da Entidade, nem perturbações relevantes na sua operação. Pelo exposto, nenhum destes acontecimentos requer ajustamentos às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não sendo os seus eventuais efeitos futuros suscetíveis de comprometer a continuidade das operações da Entidade. A situação será acompanhada com a devida atenção ao longo do exercício de 2026.

Não existem outros factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2025, até à presente data, que justifiquem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo naquela data, ou que afetem as situações e/ou informações nas mesmas relevadas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de Abril de 2026.

## 14 Agricultura

Nesta matéria, nada há a assinalar.

## 15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 16 Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

### 16.1 Operações contratadas pela Entidade com partes relacionadas

#### Identificação das partes relacionadas

SB – Investimentos Sociais, Lda  
 BILLADONES, Casa de Repouso e Saúde, Lda  
 Valdemar Estevens Romba Saleiro, por ser administrador  
 Manuel Gonçalves Rodrigues, por ser administrador  
 Rui José Palma e Luz, por ser administrador

#### Operações com partes relacionadas

Gastos com remunerações com a administração	2024	2025
Despesas Representação	9.000,00	9.000,00
Senhas de Presença	52.500,00	67.200,00
Ajudas de Custo	0,00	64,80

#### Saldos de dívidas a pagar e a receber com partes relacionadas

Dívidas a receber	31/12/2024	31/12/2025
S.B - Investimentos Sociais	717.004,51	581.954,51
Solar Biladonnes	0,00	0,00
Dívidas a pagar	31/12/2024	31/12/2024
Solar Biladonnes	-28.509,12	-40.209,12

Relativamente ao valor em dívida a receber da S.B – Investimentos Sociais, correspondem a contratos de empréstimos concedidos em que o reembolso previsto será até 31/12/2028.

A Administração considera que o valor é recuperável e que será reembolsável conforme o contrato entre as partes. Para maior conforto, a Administração procedeu ao cálculo do EBITDA prospetivo dos 5 exercícios seguintes da S.B - Investimentos Sociais e constatou que os resultados esperados são suficientes para que esta apresente capacidade para o pagamento do valor em dívida.

Nos períodos de 2025 e 2024, a Fundação detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

A Fundação participa no capital de duas sociedades, a SB – Investimentos Sociais, Lda. e a SOLAR BILLADONES, Casa de Repouso e Saúde, Lda., com os capitais sociais integralmente detidos nos valores de 14.963,94€ e 148.000,00€, respectivamente.

Na contabilização destes Investimentos Financeiros, foi utilizado o Método de Equivalência Patrimonial (MEP), sendo que os valores inscritos correspondem ao valor dos Capitais Próprios daquelas subsidiárias. As participadas apresentam em 2025 os seguintes valores de capitais próprios:

- SB – Investimentos Sociais Lda.: -117 682,82€
- SOLAR BILLADONES, Casa de Repouso e Saúde Lda.: 130 295,39€.

<b>SOLAR BILLADONNES - Cada de Repouso e Saúde, Lda</b>		
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Activo	838 584,12	746 912,67
Passivo	708 188,73	596 181,29
EBITDA	-10 979,33	121 760,97
RLE	-56 673,11	89 643,45
Capitais Próprios	130 395,39	150 731,68
<b>SB - Investimentos Sociais, Unipessoal Lda</b>		
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Activo	1 299 051,89	1 338 214,25
Passivo	1 416 734,71	1 549 598,09
EBITDA	97 123,52	25 505,44
RLE	93 701,02	11 829,65
Capitais Próprios	-117 682,82	-211 383,84

Considerando o MEP, apenas os capitais próprios positivos da entidade participada produzem efeito contabilístico na entidade participante, pelo que em 2025 apenas a SOLAR BILLADONES, Casa de Repouso e Saúde Lda. tem impacto por via da contabilização do Resultado Líquido do Exercício, a saber, -56 673,11€.

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	665 713,08	722 386,19
Método de Equivalência Patrimonial	94.058,57	150 731,68
Empréstimos concedidos a subsidiárias	571 654,51	571 654,51
Investimentos noutras empresas	55 227,71	193 831,37
Outros investimentos financeiros	2 015,00	3 515,00
Total	722 955,79	919 732,56

## 16.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024 não apresentava saldos.

Não existem adiantamentos/créditos a membros dos órgãos individualmente nem compromissos/garantias em nome de membros dos órgãos.

## 16.3 Créditos a receber

A rubrica "Créditos a Receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2024
Cientes C/C	14 934,57	14 934,57
Utentes C/C	135 156,17	89 778,19
Entidades Públicas resultante de Acordos/Protocolos	125 213,41	106 219,30
Adiantamentos a Fornecedores	13 623,78	5 266,99
Adiantamentos a Pessoal	2 546,64	1 692,20
Outros Devedores	729 072,33	451 193,33
<b>Total</b>	<b>1 020 546,90</b>	<b>669 084,58</b>

## 16.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
<b>Activo</b>		
Gastos a Reconhecer	76.351,40	17 540,86
<b>Total</b>	<b>76.351,40</b>	<b>17 540,86</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 16.5 Outros Instrumentos Financeiros

A Fundação não deteve outros activos financeiros nos exercícios de 2025 e 2024.

## 16.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	1.576,62	986,15
Depósitos à ordem	627 567,90	687 505,80
<b>Total</b>	<b>629 144,52</b>	<b>688 491,95</b>

Realça-se que todos os valores monetários estão disponíveis para uso.

## 16.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	23 364,19			23 364,19
Resultados transitados	3 681 556,86	25 488,90		3 707 045,76
Outras variações nos fundos patrimoniais	3 209 828,95	980 953,91	85 124,23	4 105 658,63
Resultado Líquido do Exercício	25 488,90	1 157 547,57	25 488,90	1 157 547,57
<b>Total</b>	<b>6 940 238,90</b>	<b>2 163 990,38</b>	<b>110 613,13</b>	<b>8 993 616,15</b>

O aumento dos resultados transitados corresponde à aplicação do resultado do exercício de 2024 e a uma correção nas depreciações acumuladas do imóvel onde decorre a operação ERPI, calculadas em excesso em anos anteriores, no valor de 384.000EUR.

As diminuições, em outras variações nos fundos patrimoniais, correspondem à imputação das depreciações dos subsídios ao investimento por contrapartida de rendimentos, e os aumentos correspondem ao PRR-RE-C03-i01-02-000138 (FARO).

## 16.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	463 214,26	570 182,99
Fornecedores de Investimentos	9 517,55	160 009,90
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>472 731,81</b>	<b>730 192,89</b>

## 16.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	101.270,83	11 067,71
Retenções na fonte IRS/IRC	601,68	
<b>Total</b>	<b>101.872,51</b>	<b>11 067,71</b>
<b>Passivo</b>		
Retenções na fonte IRS/IRC	25.448,67	22 485,29
Segurança Social	110.533,51	101 990,46
<b>Total</b>	<b>135.982,18</b>	<b>124 475,75</b>

Os valores que constam no Passivo relativo a Retenções na Fonte (IRS/IRC) e Segurança Social correspondem a montantes liquidados em Janeiro de 2026.

## 16.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal - Remunerações a pagar		10 208,35		5 478,57
Adiantamentos de Clientes/Utentes		466 519,54		800 305,66
Entidades Públicas relacionadas com Acordos/Protocolos		19 890,07		17 799,60
Outros Credores		1 276 764,44		672 767,06
Remunerações a liquidar		734 070,17		674 928,49
Outros Credores por Acréscimos de Gastos		31 026,17		34 652,80
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>2 538 478,74</b>	<b>0,00</b>	<b>2 205 932,18</b>

As responsabilidades reconhecidas em Outros Passivos Correntes são decorrentes da normal atividade da Fundação e a 31/12/2025 encontravam-se dentro no prazo de vencimento.

Os adiantamentos de clientes/utentes corresponde a adiantamentos de mensalidades.

Os outros credores correspondem, essencialmente, a despesas dos utentes por pagar (229.981€), ao PRR – Residência S. Barnabé Faro – Exec Física (377.971 €) e às cauções dos utentes (415.297 €).

## 16.11 Outros Passivos Financeiros

Nos exercícios 2025 e 2024, a Fundação não deteve outros passivos financeiros.

## 16.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Fundação reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	0,00	755,94
Doações e heranças	1 165,83	2 328,94
<b>Total</b>	<b>1 165,83</b>	<b>3 084,88</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

### 16.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	80 821,86	88 578,25
Serviços especializados	596 821,89	568 367,22
Materiais	68 042,56	48 612,02
Energia e fluidos	395 460,84	360 129,02
Deslocações, estadas e transportes	8 187,77	8 507,08
Serviços diversos	347 767,91	365 491,07
<b>Total</b>	<b>1 497 102,83</b>	<b>1 439 684,66</b>

Verificou-se um aumento de 4% face a 2024. Este aumento deve-se, essencialmente, ao aumento dos serviços especializados e Energia e fluidos.

### 16.14 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos em subsidiárias	0,00	89 643,45
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	5 928,08
Afectação de subsídios para investimentos e de doações de equipamentos	85 124,24	85 124,23
Outros rendimentos suplementares	124 293,47	45 998,95
<b>Total</b>	<b>209 417,71</b>	<b>226 694,71</b>

### 16.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos e Taxas	11 070,00	13 023,44
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	56 673,11	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	1 132,82
Donativos concedidos	3 600,00	100,00
Outros Gastos e Perdas	515,01	5 854,51
<b>Total</b>	<b>71 858,12</b>	<b>20 110,77</b>

Verificou-se um aumento de 257 % face a 2024. Este aumento deve-se a imputação do resultado líquido da participada Solar Billadonnes – Casa de Repouso e Saúde, Lda.

### 16.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	333 535,32	453 447,83
Outros gastos e perdas de financiamento	87,57	18 515,17
<b>Total</b>	<b>333 622,89</b>	<b>471 963,00</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-333 622,89</b>	<b>-471 963,00</b>

### 17 Processos judiciais em curso

Não existem processos judiciais em curso contra a Fundação S. Barnabé na presente data.

### 18 Garantias prestadas

Existem imóveis dados como garantias de financiamentos obtidos divulgadas na nota 4.

A seguir coloca-se mapa de resumos de todas as garantias prestadas:

Tipo código	Valor	Instituição	Potencial/Efetivo	Tipo designação
100	25.148,62	CGD	Potencial	Fiança/Aval
1500	2.000.000,00	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alentejo Sul	Efetivo	Outros imóveis
1000	120.000,03	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Aljustrel e Almodôvar	Efetivo	Garantias financeiras exceto derivados de crédito
1500	243.917,21	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Aljustrel e Almodôvar	Efetivo	Outros imóveis
1500	441.620,35	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Aljustrel e Almodôvar	Efetivo	Outros imóveis
1000	800.000,00	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Aljustrel e Almodôvar	Efetivo	Garantias financeiras exceto derivados de crédito
1500	710.000,00	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Aljustrel e Almodôvar	Efetivo	Outros imóveis
1700	240.000,00	Montepio	Efetivo	Outra proteção
1500	1.550.000,00	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Centro Litoral	Efetivo	Outros imóveis
100	788.277,02	BCP	Efetivo	Fiança/Aval

1000	501.630,83	BCP	Efetivo	Garantias financeiras exceto derivados de crédito
1330	2.582.000,00	BCP	Efetivo	Imóvel comercial escritórios
100	20.067,91	RCI Banque	Potencial	Fiança/Aval
1500	3.178.600,17	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Sousa e Baixo Tâmega	Efetivo	Outros imóveis
100	27.926,05	Montepio Crédito	Efetivo	Fiança/Aval
1600	22.086,70	Montepio Crédito	Efetivo	Outras cauções de natureza real
	<u>13.251.274,89</u>			

Nota: As notas que não constam deste anexo não se aplicam a esta entidade.

Almodôvar, 30 de Abril de 2026

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração